

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 007/2020

O MUNICÍPIO DO RIO GRANDE, através do Gabinete de Compras, Licitações e Contratos e da Comissão Geral de Licitações, torna público, para conhecimento dos interessados, que, em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Rio Grande, com a Lei Federal nº 8.666/1993, com a Lei Municipal nº 8513/2020, demais legislações pertinentes e condições fixadas neste instrumento convocatório, realizará licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA, do tipo **MAIOR OFERTA**, para **CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEL VISANDO A IMPLANTAÇÃO DE EMPREENDIMENTO NO MUNICÍPIO**, conforme descrito no presente Edital e seus Anexos, ocorrendo a sessão de abertura às 10:00 hs do dia 18 de dezembro de 2020, no Salão Nobre da Prefeitura Municipal do Rio Grande/RS, Largo João Fernandes Moreira, s/n, Centro, Rio Grande/RS, nesta, tendo início nesse horário o credenciamento dos interessados, conforme item III deste Edital, seguido da entrega dos envelopes de Documentação de Habilitação (envelope nº 01) e Proposta Comercial (envelope nº 02), bem como do início do julgamento, nos termos do item VIII deste Edital.

I – DO OBJETO

1. O objeto da presente licitação consiste na escolha de pessoa jurídica de direito privado para a CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO, A TÍTULO ONEROSO, de bem imóvel pertencente ao município de Rio Grande/RS, situado no Distrito Industrial do Rio Grande (DIRG), conforme matrícula nº 78.318 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rio Grande – RS, do livro nº 2 do Registro Geral, concessão esta sujeita aos seguintes encargos:

- a) Implantação no imóvel objeto da concessão de uma unidade industrial/comercial, no prazo de 300 (trezentos) meses, contado da data da assinatura do termo de concessão do direito real de uso, prorrogável por acordo entre as partes, com investimento de, no mínimo, R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais).
- b) Obtenção com a implantação e o funcionamento do empreendimento, de um faturamento anual mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).
- c) Geração de, no mínimo, 40 (quarenta) novos empregos permanentes diretos e indiretos.

1.1. O bem a ser concedido encontra-se à disposição dos interessados para verificação até o terceiro dia útil que antecede a data marcada para a sessão de abertura da licitação.

II - DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão apresentar-se à licitação pessoas jurídicas que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no Edital para a execução de seu objeto.

2.2. Não poderão participar da licitação:

- a)** Os interessados que, no âmbito do Município do Rio Grande (RS), estejam temporariamente suspensos de participar em licitação e impedidos de contratar com a Administração, seja em face do disposto no Inciso III do Art. 87 da Lei 8.666/93 ou em face do disposto no Art. 7º da Lei 10.520/02.
- b)** Os interessados que, no âmbito de qualquer ente federativo, estejam declarados como inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, seja em face do disposto no Inciso IV do Art. 87 da Lei 8.666/93 ou em face do disposto no Art. 7º da Lei 10.520/02.

III – DO CREDENCIAMENTO

3.1. O representante do Licitante deverá se apresentar para credenciamento perante a Comissão Geral De Licitações no mesmo dia, hora e local designado para a entrega e início dos trabalhos de abertura dos envelopes, exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente, além da comprovação de sua representação, através de:

- a)** Instrumento de mandato que comprove poderes para praticar todos os atos referentes ao certame, tais como interposição e desistência de recurso, acompanhado do(s) documento(s) que comprove(m) os poderes do(s) outorgante(s).
- b)** Em se tratando de instrumento particular de mandato, este deverá ser apresentado com firma reconhecida.
- c)** Não serão aceitas procurações que contenham poderes amplos, que não contemplem claramente a presente Licitação ou que se refiram a outras licitações ou tarefas.

d) Contrato Social ou Estatuto Social ou documento equivalente, nos casos de representante legal da sociedade.

3.2. Os documentos de representação dos Licitantes serão retidos pela Comissão Geral De Licitações e juntados ao processo da licitação.

3.3. Será admitido apenas 01 (um) representante credenciado por Licitante.

3.4 Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de um Licitante nesta Licitação, sob pena de exclusão sumaria dos Licitantes representados.

IV – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. DA CAPACIDADE JURÍDICA

4.1.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado e acompanhado, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus atuais administradores.

4.1.2. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de eleição da Diretoria em exercício.

4.1.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato ou autorização para funcionamento expedido por órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

4.2. DA REGULARIDADE FISCAL

4.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ;

4.2.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, considerando-se que:

a) os licitantes com domicílio ou sede no Município do Rio Grande deverão apresentar Certidão Negativa de Débitos Fiscais, expedida pela Secretaria de Municipal da Fazenda do Rio Grande;

b) os licitantes com domicílio ou sede localizado em outro Município deverão apresentar a prova de regularidade com a Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede.

4.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante.

4.2.4. Certidão Conjunta de Débitos (Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa), expedida nos termos do Decreto Federal n.º 5.512/05 e da Portaria Conjunta PGFN/RFB n.º 1751, de 02/10/2014 que entrou em vigência em 03 de novembro de 2014 e abrange todos os créditos tributários federais administrados pela RFB e PGFN.

4.2.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, se for o caso.

4.2.6. Apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito de negativa, com validade de 180(cento e oitenta) dias contados da sua emissão.

4.3. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

4.3.1. Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da Justiça do domicílio da sede do licitante em data não anterior a 90 (noventa) dias da data da entrega dos envelopes de documentação e proposta.

4.3.2. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último o exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, com a indicação do nº do Livro Diário, número de registro na Junta Comercial e numeração das folhas onde se encontram os lançamentos, que comprovem a boa situação financeira da empresa, cujos índices mínimos aceitáveis serão apurados pela aplicação da fórmula, assinados por contador responsável com respectivo número de registro no conselho.

4.3.2.1. Poderá ser apresentado em substituição ao exigido no Item 7.3.2 escrituração contábil digital – SPED conforme Decreto 8.683/25/02/2016, e deverá obrigatoriamente conter o que segue:

a) Termo de Autenticação com identificação do Autenticador – Junta Comercial (impresso do arquivo SPED Contábil)

b) Termo de Abertura e Encerramento (impresso do arquivo SPED Contábil)

c) Balanço Patrimonial (impresso do arquivo SPED Contábil)

d) Demonstração de Resultado do Exercício (impresso do arquivo SPED Contábil)

Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!

e) Notas explicativas

4.3.2.2. Para Sociedade Limitada poderá ser apresentada cópia autenticada da publicação em diário oficial das demonstrações contábeis (letras “c”, “d” e “e”) em substituição ao SPED Contábil (letras “a”, “b”, “c”, “d” e “e”).

4.3.3. A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos índices de liquidez e pelo Patrimônio Líquido, conforme os seguintes critérios:

Os índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) devem ser maiores que 1,00, e resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

SG = ATIVO TOTAL

PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

LC = ATIVO CIRCULANTE

PASSIVO CIRCULANTE

4.3.3.1. Os índices devem ser calculados e assinados por contador responsável com respectivo número de registro no conselho.

4.3.4. Caso a empresa não atinja os índices exigidos no Item 7.3.3, esta deverá apresentar comprovação de que possui capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo igual ou superior a 10% do valor ofertado no último lance.

4.4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Declaração sob as penas da lei, firmada pelo representante legal da licitante, de que não pesa sobre ela declaração de inidoneidade para licitar e ou contratar com a Administração Pública.

b) Declaração firmada em cartório, de que a licitante não está envolvida em qualquer situação de investigação policial ou criminal e nem respondendo a processos públicos.

c) Certidão criminal da empresa e sócios, expedida pelo distribuidor do foro da Comarca da sede da empresa licitante, emitida a menos de 60 (sessenta) dias da data de abertura desta licitação.

V. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os documentos de habilitação serão apresentados em envelope lacrado com os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
INVÓLUCRO Nº 01: CONCORRÊNCIA Nº 007/2020
CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO

5.2. Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em uma única via da seguinte forma:

- a) em original (não serão devolvidos);
- b) por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou por membro da Comissão;
- c) ou publicação em órgão da imprensa oficial;
- d) vedada sua apresentação através de cópia produzida via fax ou cópia ilegível;
- e) os documentos que forem emitidos via Internet terão sua autenticidade verificada nos respectivos sites.

5.3. É vedada a apresentação de documentos através de cópia produzida via fax ou cópia ilegível. Os documentos que forem emitidos via Internet terão sua autenticidade verificada nos respectivos sites.

5.4. Os documentos que não tiverem prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor somente serão válidos desde que tenham sido expedidos, no máximo, dentro dos 60 (sessenta) dias anteriores à data fixada para o recebimento dos envelopes, deste Edital.

5.5. Será inabilitado o licitante que deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com as exigências deste Edital.



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

5.6. Estão isentos de autenticação os documentos emitidos através da Internet, os quais terão sua validade verificada *online* pelos membros da Comissão.

VI – DA PROPOSTA

6.1. A proposta a ser apresentada pelos licitantes corresponde à oferta de pagamento ao concedente pela outorga da concessão, não podendo ser inferior ao valor de **R\$ 2.400.000,00** (dois milhões e quatrocentos mil reais)

VII – DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

7.1. A proposta será apresentada em envelope lacrado com os seguintes dizeres:

**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
PROPOSTA DE PAGAMENTO PELA OUTORGA
INVÓLUCRO Nº 02: CONCORRÊNCIA Nº 007/2020
CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO**

VIII- DA SESSÃO DE ABERTURA, DO JULGAMENTO DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS E DA HOMOLOGAÇÃO.

8.1. DA ABERTURA

8.1.1. A Sessão de Abertura será realizada as 10:00 horas no local estabelecido no preâmbulo deste Edital.

8.2.2. É facultativa a presença de representante das empresas; caso se faça presente, o mesmo deverá ser credenciado em conformidade com o item III deste Edital.

8.2.2.1. A licitação transcorrerá em sessão pública sendo que somente o representante credenciado e identificado de cada uma das licitantes terá o direito a manifestação.

8.2.3. Após encerrado o recebimento dos invólucros citados nos itens V e VII, serão abertos os envelopes da DOCUMENTAÇÃO – Envelope 01, contendo os documentos de habilitação, sendo estes examinados e rubricados pela Comissão Julgadora da Licitação e pelos representantes credenciados das empresas licitantes.

8.2.4. Após abertura dos Documentos de habilitação o (a) Presidente suspenderá a sessão para envio dos documentos de Qualificação Econômico – Financeira ao setor competente para análise.

8.2.5. O (a) Presidente reabrirá a Sessão após receber a análise solicitada, comunicando aos Licitantes sobre habilitação ou inabilitação dos mesmos.

8.2.5.1. Havendo manifestação das licitantes em recusar a interposição de recurso, serão abertos os envelopes contendo as propostas financeiras.

8.2.5.2. Não havendo recusa da interposição de recurso, será procedida a abertura de prazo recursal, se for o caso.

8.2.6. Encerrada a fase de recurso, será reaberta a Sessão para abertura dos envelopes das licitantes habilitadas contendo as Propostas Financeiras – Envelope 02.

8.2.6.1. Abertos os envelopes, os documentos deles constante deverão ser rubricados pelos membros da Comissão de Licitação e pelos licitantes presentes.

8.2.6.2. Em prosseguimento a Comissão de Licitação efetuará o julgamento e classificação das propostas levando em consideração o tipo de licitação adotado (maior oferta).

8.2.6.3. Havendo manifestação das licitantes em recusar a interposição de recurso, o Processo Licitatório será encaminhado para homologação do resultado e adjudicação do objeto à empresa melhor classificada.

8.2.6.4. Não havendo recusa da interposição de recurso, será procedida a abertura de prazo recursal, se for o caso.

8.2.7. Encerrada a fase de recurso, será reaberta a Sessão para comunicação do resultado e do prosseguimento ou finalização do processo, encaminhando nesta última hipótese para homologação e adjudicação, se for o caso.

8.2.8. De cada sessão pública será lavrada ATA circunstanciada dos trabalhos, a qual deverá ser assinada pelos membros da Comissão Julgadora da licitação e, pelos representantes das empresas licitantes presentes.

IX - DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

9.1. Após a adjudicação e homologação do resultado do presente processo licitatório ao proponente vencedor, o proponente vencedor será convocado para, no prazo de 5 (cinco) dias, assinar o Contrato de Concessão de Direito Real Uso nos termos da Minuta, parte integrante do presente edital.

9.2. Ocorrendo recusa do vencedor em assinar o respectivo termo, convocar-se-á, para a execução do objeto licitado, o proponente classificado em segundo lugar e assim sucessivamente.

X – DOS ANEXOS A ESTE EDITAL

10.1. São parte integrante deste Edital de licitação os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO II – Modelo de Proposta

ANEXO III – Minuta de Contrato

XI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. O Edital e seus anexos poderão ser acessados no Portal da Prefeitura do Rio Grande, através do endereço eletrônico www.riogrande.rs.gov.br – Editais e Licitações.

11.2. Até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a sessão de abertura qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório, podendo a petição ser encaminhada via e-mail, para licitacoesrg@gmail.com, ou no endereço do Gabinete de Compras, Licitações e Contratos, no horário de expediente (das 13h às 17h30), na rua General Bacelar, 264, 2º andar, Centro.

11.3. Até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a sessão de abertura qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos sobre as condições e especificações deste edital, podendo a petição ser encaminhada via e-mail, para licitacoesrg@gmail.com, ou no endereço do Gabinete de Compras, Licitações e Contratos, no horário de expediente (das 13h às 17h30), na rua General Bacelar, 264, 2º andar, Centro.

11.4. Os licitantes deverão acompanhar a divulgação de todos os atos publicados no sítio da Prefeitura Municipal (www.riogrande.rs.gov.br - Edital de Licitações) referentes a esta licitação.

Rio Grande, 16 de novembro de 2020.

Ademir Giambastiani Casartelli
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

ANEXO II

MINUTA DE PROPOSTA

Nome da Empresa

À

Comissão de Licitação

CONCORRÊNCIA Nº ____/2020

Apresentamos nossa proposta de oferta a título de outorga pela a Concessão de Direito Real de Uso, conforme Termo de Referência (Anexo I do Edital de Licitação), correspondente ao valor de R\$ _____ (_____).

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, nos comprometemos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, indicando para esse fim o Sr. _____, Carteira de Identidade nº. _____ expedida em __/__/__, Órgão Expedidor _____, e CPF nº _____, como representante desta Empresa.

Finalizando, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa, inclusive quanto à natureza e extensão dos riscos a serem assumidos no CONTRATO e que tais riscos foram levados em consideração na formulação de nossa proposta e registramos nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e todos os seus Anexos.

Local e data.